

MOVIMENTOS PEDAGÓGICOS COLABORATIVOS NA MARÉ FORMATIVA CONTINUADA DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE BELÉM: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TEA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Anne de Jesus Lobato Serrão Barbosa

anneser82@gmail.com

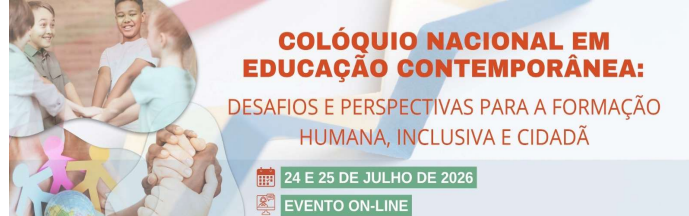
AT01: Educação Inclusiva na Educação Básica.

RESUMO: Esta presente pesquisa vem trazendo os marcos legais sobre a trajetória da Educação Especial no cenário Educacional do Brasil, assim com oos desafios e as possibilidade para se garantir uma educação inclusiva que assegure aos estudantes com deficiência uma aprendizagem significativa que materializados os direitos e oportunize um ensino transversal, que valorize as potencialidades individuais no chão da escola. A reflexão crítica trazida na pesquisa demonstra que o ensino colaborativo, em que o docente de sala de aula regular não fica isolado e sim trilha estratégias pedagógicas em consonância com o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e coordenação, seria fundamental no processo de resignificação do currículo. Além disso, destaca-se a impotência de fortalecer processos de formação continuada em serviço, pautados na colaboração e dialogo com a equipe escolar, de modo a promover práticas pedagógicas mais inclusivas e contextualizadas, pois apesar dos avanços nas políticas públicas de inclusão, ainda persistem desafios na formação continuada dos professores para responder às demandas presentes nas escolas.

Palavras-chave: Colaboração; Educação Especial; Estratégias.

A educação inclusiva constitui um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e pela Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei nº 12.764/2012), que garantem o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial na rede regular de ensino. Esses dispositivos legais reafirmam a necessidade de reorganização das práticas pedagógicas e do fortalecimento da formação docente para que a inclusão escolar se efetive.

Outro marco legal mais recente em relação a inclusão foi em 2020 a Lei Romeo Mion Lei nº 13.977/2020), que cria a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA), garantindo a prioridade de atendimento e ajuda na identificação e mapeamento desses estudantes dentro do sistema público de saúde e educação, dando com isso a visibilidade pública das pessoas com TEA. Ao instituir a CIPTEA, o ordenamento jurídico brasileiro buscou sanar uma barreira histórica: a invisibilidade do autismo. Sendo o TEA uma condição que não apresenta



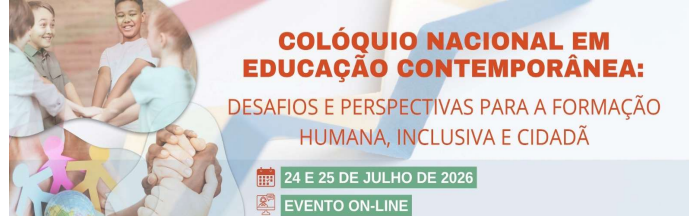
características físicas fenotípicas (visíveis), estas pessoas frequentemente enfrentavam constrangimentos e questionamentos ao tentarem usufruir de direitos básicos, como o atendimento prioritário. A CIPTEA funciona, portanto, como um instrumento de dignidade e cidadania, atestando de forma oficial a condição do sujeito e blindando-o contra a burocracia exclusivista dos serviços públicos e privados.

No entanto, o alcance da Lei nº 13.977/2020 ultrapassa a mera emissão de um documento de identificação; ela possui uma dimensão estratégica fundamental para a formulação de políticas públicas. A obrigatoriedade de emissão da carteira pelos órgãos estaduais e municipais gera, indiretamente, uma base de dados demográficos essencial para o poder público. E a SEMEC com seu papel fomentador das políticas públicas já expede a CIPTEA aos estudantes da Rede Municipal de Belém, mapeando a população autista nas escolas para viabilizar um planejamento de ações educacionais eficientes. Saber quantos são, onde estão e quais as especificidades dos estudantes com TEA matriculados na rede pública municipal é o primeiro passo para que as secretarias de educação, incluindo a SEMEC em Belém, possam dimensionar o quantitativo de especialistas, estagiários, professores de AEE e recursos pedagógicos necessários para cada unidade escolar.

Em relação ao público de estudantes PcD, especialmente com TEA, as pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (2022), por meio do censo demográfico revelou que o Brasil possui cerca de 2,4 milhões de pessoas diagnosticadas com TEA. Acredita-se na possibilidade de um número ainda maior, pois ainda se encontram dificuldades de acesso aos órgãos competentes e a equipes multidisciplinares para fechamento do diagnóstico para emissão de laudo. O estudante TEA apresenta inúmeros traços clínicos resultantes de variáveis biológicas e sociais, esta síndrome comportamental tem etiologias múltiplas e curso de um distúrbio de desenvolvimento, estas especificidades precisam ser levadas em consideração nos movimentos das elaborações das práticas inclusivas nas escolas.

Embora esses avanços legais representem importantes conquistas, ainda persistem desafios para sua concretização no cotidiano escolar. A formação continuada de professores constitui um dos principais caminhos para o fortalecimento das práticas inclusivas, especialmente quando desenvolvida no próprio contexto da escola. Nessa perspectiva é necessário uma formação centrada na reflexão sobre a prática e na valorização dos saberes docentes, reconhecendo a escola como espaço privilegiado de desenvolvimento profissional.

No âmbito da educação inclusiva, o ensino colaborativo também se apresenta como uma estratégia relevante para a construção de práticas pedagógicas mais acessíveis. Conforme Capellini e Zerbato (2019), a atuação articulada entre professores do ensino comum e da educação especial favorece o planejamento compartilhado, a adaptação curricular e a ampliação das oportunidades de



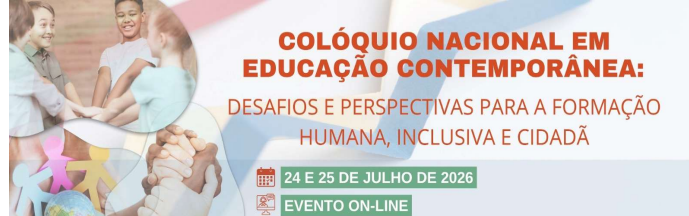
aprendizagem dos estudantes. Nessa direção, Mendes destaca a colaboração como elemento fundamental para o fortalecimento da inclusão escolar.

No contexto da Rede Municipal de Belém, observa-se o aumento do número de estudantes com deficiência, especialmente com TEA, matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Apesar da existência de políticas públicas voltadas à educação inclusiva e da atuação do Centro de Referência em Inclusão Escolar (CRIE), muitos professores ainda relatam dificuldades para atender às demandas desse público, evidenciando lacunas na formação continuada e na construção de práticas pedagógicas inclusivas.

A presente pesquisa justifica-se, ainda, pela experiência da pesquisadora como coordenadora pedagógica da Rede Municipal de Belém há mais de uma década. A vivência cotidiana na escola tem evidenciado a necessidade de fortalecer processos de formação continuada em serviço, pautados na colaboração entre professores, coordenação pedagógica e Atendimento Educacional Especializado (AEE), de modo a promover práticas pedagógicas mais inclusivas e contextualizadas.

Por fim, a viabilização dessa diferenciação curricular no cotidiano de salas de aula e uma formação continuada em serviço dos professores exige romper com o mito da docência solitária. Nesse cenário, o Ensino Colaborativo (Coensino) é indispensável, articulando os saberes do professor regente da classe comum e do professor especialista do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a coordenação pedagógica, assegurando uma resposta educativa eficiente, inclusiva e humanizada. Em síntese, a construção de uma Educação Especial autenticamente inclusiva nas escolas pressupõe o entrelaçamento entre implementação das políticas nacionais, reflexão ética libertadora sobre a práxis pedagógica, a consolidação de metodologias colaborativas e a ressignificação da formação docente. Assim, torna-se possível a materialização dos direitos das pessoas com deficiência e TEA, que terão a oportunidade de um ensino transversal, que valorize as potencialidades individuais no chão da escola.

Este projeto ainda está em fase de análise para ser contemplado no programa de pós-graduação em Educação Especial da Universidade Federal do Pará- UFPA Mestrado Profissional em Educação Especial. Espera-se que esta pesquisa contribua para o fortalecimento da formação continuada de professores e para a construção coletiva de estratégias pedagógicas voltadas à inclusão de estudantes com TEA, oferecendo subsídios teóricos e práticos que possam apoiar outras escolas da Rede Municipal de Belém na consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva. E tem como objetivo analisar como os movimentos pedagógicos colaborativos, desenvolvidos no contexto da formação continuada em serviço, contribuem para a inclusão de estudantes com TEA nos anos iniciais da Rede Municipal de Belém.



1. TIPO DE ESTUDO

A presente pesquisa caracteriza-se como de abordagem qualitativa, por buscar compreender os significados atribuídos pelos professores às suas práticas pedagógicas, às experiências de formação continuada e aos desafios relacionados à inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Quanto à natureza, trata-se de uma pesquisa aplicada, uma vez que pretende produzir conhecimentos capazes de contribuir para o enfrentamento de problemas vivenciados no contexto da educação inclusiva na Rede Municipal de Belém.

Como delineamento metodológico, adota-se a Pesquisa-Ação Colaborativa, fundamentada nos pressupostos de Ibiapina (2008), por compreender que a produção do conhecimento ocorre de forma articulada à reflexão crítica sobre a prática e ao desenvolvimento profissional dos participantes. Nessa perspectiva, pesquisadora e professores assumem uma postura colaborativa na identificação dos desafios, na construção de estratégias pedagógicas e na análise das ações desenvolvidas ao longo da pesquisa.

A pesquisadora atua como coordenadora pedagógica da instituição onde será desenvolvido o estudo. Assim, sua participação ultrapassa a condição de observadora, assumindo também o papel de mediadora dos processos formativos, favorecendo a construção coletiva de conhecimentos e o fortalecimento das práticas pedagógicas inclusivas.

2. LOCAL DA PESQUISA.

A pesquisa será realizada em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Belém. As ações formativas ocorrerão durante as Horas Pedagógicas (HP), destinadas ao planejamento coletivo dos docentes, respeitando a organização institucional da escola.

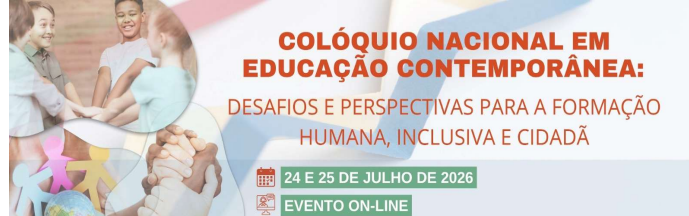
3. POPULAÇÃO E AMOSTRA.

A população do estudo será constituída pelos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Belém. A amostra será composta pelos professores regentes dos anos iniciais (1º ao 5º ano) da escola participante, que atuam em turmas com estudantes diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e que aceitem participar voluntariamente da pesquisa.

4. CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO.

Serão incluídos na pesquisa os professores regentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), em exercício na escola durante o período de realização da pesquisa, que atuem em turmas com estudantes diagnosticados com TEA e que concordem em participar do estudo mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Serão excluídos da pesquisa os professores que estiverem afastados de suas atividades durante o período de desenvolvimento da investigação, aqueles que não atuarem diretamente com



estudantes com TEA ou que optarem por desistir da pesquisa em qualquer etapa do estudo, sem qualquer prejuízo.

5. PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.

A produção dos dados ocorrerá em quatro etapas.

Etapa 1 – Diagnóstico.

Inicialmente será realizado um encontro de apresentação da pesquisa aos professores participantes, ocasião em que serão esclarecidos os objetivos, a metodologia, os procedimentos de produção dos dados, os aspectos éticos e o caráter voluntário da participação. Nesse momento, os docentes serão convidados a participar do estudo e, aqueles que concordarem, assinarão o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme as diretrizes da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Após a formalização da participação, será realizado o levantamento das necessidades formativas dos docentes por meio da aplicação de questionários semiestruturados e da realização de uma roda de conversa, buscando identificar os desafios, as potencialidades, os saberes prévios e as demandas relacionadas à inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Os dados produzidos nesta etapa subsidiarão o planejamento das ações formativas e das oficinas colaborativas.

Instrumentos utilizados nesta etapa:

- Questionário semiestruturado;
- Roda de conversa;
- Diário de campo da pesquisadora.

Etapa 2 – Estudos colaborativos.

Serão promovidos encontros de formação continuada em serviço, organizados em círculos de estudos colaborativos, contemplando discussões sobre desenvolvimento humano na perspectiva histórico-cultural, ensino colaborativo, formação continuada de professores, educação inclusiva e legislação vigente relacionada aos direitos das pessoas com deficiência e dos estudantes com TEA.

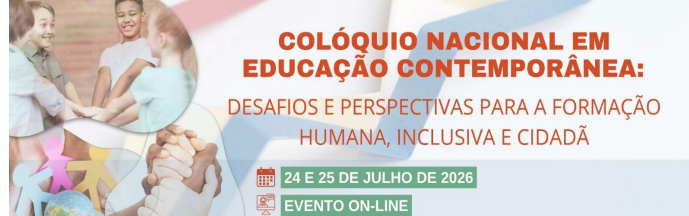
Os encontros terão como finalidade subsidiar teoricamente a construção das práticas pedagógicas desenvolvidas durante a pesquisa, favorecendo a reflexão crítica sobre o cotidiano escolar e a construção coletiva de estratégias de ensino. As discussões e reflexões produzidas pelos participantes serão registradas no diário de campo da pesquisadora.

Instrumento utilizado nesta etapa:

- Diário de campo.

Etapa 3 – Oficinas colaborativas

Na sequência, serão desenvolvidas oficinas colaborativas voltadas à elaboração de



estratégias pedagógicas, recursos visuais, adaptações curriculares e instrumentos de apoio ao processo de inclusão de estudantes com TEA. As atividades serão construídas coletivamente entre os professores participantes, a coordenação pedagógica e os docentes do Atendimento Educacional Especializado (AEE), considerando as necessidades identificadas na etapa diagnóstica.

Os recursos produzidos serão definidos de acordo com as demandas apresentadas pelos participantes durante o desenvolvimento da pesquisa. As oficinas serão registradas por meio de diário de campo, fotografias e registros audiovisuais, constituindo parte do corpus de análise.

Instrumentos utilizados nesta etapa:

- Diário de campo;
- Registros fotográficos;
- Registros audiovisuais.

Etapa 4 – Avaliação e sistematização.

Ao final do ciclo formativo será realizada uma roda de conversa avaliativa com os participantes, visando analisar as contribuições do processo de formação continuada para a prática docente, identificar potencialidades e desafios vivenciados durante a pesquisa e refletir sobre as possibilidades de continuidade das ações colaborativas na escola.

Os resultados produzidos ao longo das diferentes etapas da investigação serão sistematizados na elaboração do Roteiro Prático dos Fazeres Pedagógicos Inclusivos, reunindo estratégias, recursos pedagógicos e orientações construídas coletivamente durante o desenvolvimento da pesquisa.

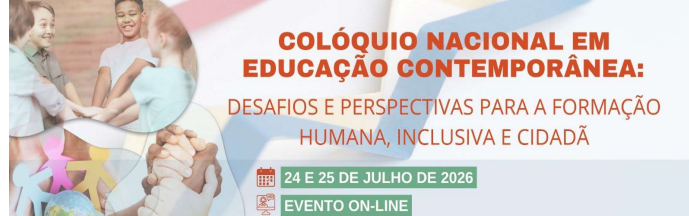
Instrumentos utilizados nesta etapa:

- Roda de conversa;
- Diário de campo.

6. ANÁLISE DOS DADOS.

Os dados provenientes dos questionários, das rodas de conversa, do diário de campo e dos registros produzidos durante as oficinas serão analisados por meio da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016). O processo analítico seguirá as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, possibilitando a organização, categorização e interpretação dos dados produzidos.

As categorias de análise serão construídas a partir do material empírico produzido durante a investigação, articulando os achados da pesquisa aos referenciais teóricos que fundamentam o estudo. Essa análise permitirá compreender os desafios, as potencialidades e as contribuições da formação continuada colaborativa para o fortalecimento das práticas pedagógicas inclusivas voltadas aos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA).



7. ASPECTOS ÉTICOS.

A pesquisa será submetida à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), em conformidade com a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

A participação dos docentes será voluntária e condicionada à assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), após serem devidamente esclarecidos quanto aos objetivos, procedimentos, benefícios, possíveis riscos e à garantia de confidencialidade da pesquisa.

Será assegurado aos participantes o direito de desistir da pesquisa em qualquer etapa, sem qualquer prejuízo. A identidade dos participantes será preservada mediante a utilização de pseudônimos, garantindo o anonimato na divulgação dos resultados e em todas as etapas da investigação.

Considerando que a pesquisa utilizará registros fotográficos e audiovisuais das oficinas colaborativas, os participantes que autorizarem o uso de sua imagem assinarão, além do TCLE, o Termo de Autorização para Uso de Imagem, específico para essa finalidade. Os registros serão realizados exclusivamente para fins científicos e acadêmicos relacionados à pesquisa, sendo utilizados apenas mediante autorização dos participantes e armazenados de forma segura, preservando sua privacidade e respeitando os princípios éticos da pesquisa com seres humanos.

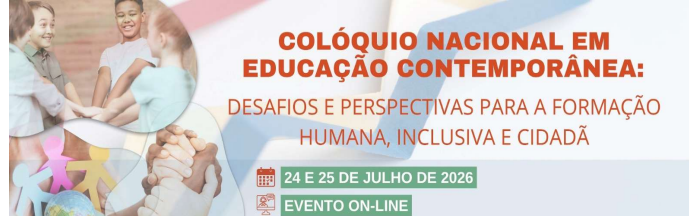
Espera-se que a pesquisa contribua para o fortalecimento da formação continuada em serviço dos professores dos anos iniciais da Rede Municipal de Belém, favorecendo espaços de estudo, reflexão e construção coletiva de estratégias pedagógicas voltadas à inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Espera-se, ainda, identificar os principais desafios, potencialidades e necessidades formativas vivenciados pelos docentes no cotidiano escolar, produzindo conhecimentos que contribuam para a compreensão das práticas pedagógicas inclusivas desenvolvidas na escola.

Como resultado da pesquisa-ação colaborativa, pretende-se fortalecer o trabalho colaborativo entre professores regentes, coordenação pedagógica e docentes do Atendimento Educacional Especializado (AEE), promovendo a construção compartilhada de recursos pedagógicos, estratégias de ensino e possibilidades de diferenciação curricular voltadas às necessidades dos estudantes com TEA.

Do ponto de vista científico, espera-se ampliar as discussões acerca da formação continuada em serviço, do ensino colaborativo e da educação inclusiva, produzindo evidências que possam subsidiar futuras pesquisas e ações voltadas ao fortalecimento das políticas de inclusão escolar.

Como resultado prático deste projeto de pesquisa, será elaborado o Roteiro Prático dos Fazeres Pedagógicos Inclusivos, reunindo estratégias pedagógicas, recursos acessíveis e orientações



construídas coletivamente ao longo da pesquisa. Espera-se que esse material possa subsidiar o trabalho da coordenação pedagógica e dos professores da Rede Municipal de Belém, além de servir como referência para outras instituições de ensino interessadas em fortalecer práticas pedagógicas inclusivas.

Por fim, espera-se que a pesquisa contribua para a consolidação da escola como espaço permanente de formação, reflexão e produção de conhecimentos, fortalecendo uma cultura de colaboração entre os profissionais da educação e favorecendo processos de inclusão escolar mais efetivos e contextualizados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: planalto.gov.br. Acesso em: 13 jul. 2026.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; ZERBATO, Ana Paula. **O que é ensino colaborativo?** São Paulo: Edicon, 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022:** população residente, área territorial e densidade demográfica. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.